

INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL - CNBB  
 Encontro sobre "Dimensão Comunitária e Participativa  
 da Igreja à Luz do Vaticano II, de Medellín e de Puebla"  
 Brasília-DF, 22 a 24 de maio de 1986

16

INP/86  
4 (Sub)

EVOLUÇÃO DO APOSTOLADO LEIGO NO BRASIL  
 A PARTIR DO CONCÍLIO VATICANO II

"A geração de povo e de uma cultura é sempre dramática: luzes e sombras a envolvem. A evangelização, como tarefa humana, está submetida às vicissitudes da história, mas busca sempre transfigurá-las com o fogo do Espírito, no caminho de Jesus Cristo, centro e sentido da história universal e de cada um dos homens" (Puebla, 6)

...

INTRODUÇÃO

Quando nos propomos a falar sobre o leigo, como Igreja, nos deparamos logo com a dificuldade de conceituação. A palavra leigo, no vocabulário corrente, não expressa o que nós, na Igreja, fazemos esforço por fazer significar.

Na Bíblia encontramos não o termo leigo mas Povo de Deus (1Pd 2,4-9), povo consagrado com seus carismas. Sacerdote-sacerdôcio aplica-se, primordialmente, ao Senhor (Heb 8), e, de maneira derivada, ao conjunto da Igreja, seu corpo. É o próprio Cristo, o Senhor, quem distribui os carismas para que todos contribuam, como obra dos Ministérios, para a construção da obra comum (Ef 4,11-12). A distinção entre padre e leigo é posterior.

Só com a distinção entre sagrado e profano é que vem, também, a distinção entre espiritual e temporal. E o tempo se fecha em torno do "espiritual" e do ministério que dá o espiritual - caracterizado pelo ministério do culto. O leigo fica encarregado do temporal. Não vamos entrar, aqui, na complexidade das ambigüidades que têm provocado estas questões, que perduram até hoje.

Em plano oficial, a questão foi recolocada só a partir de Pio XI, quando definiu a Ação Católica como "participação dos leigos no apostolado hierárquico da Igreja". Era um passo na dicotomia formal que vinha de séculos. Pio XII tenta um desenvolvimento novo, sobretudo a partir da encíclica sobre o Corpo Místico, assumindo os passos andados e já oferecendo elementos para que desaparecesse o risco de acentuar uma subordinação total dos leigos ou mesmo o desvio de transformá-los em meros instrumentos da hierarquia.

Finalmente, Padre Congar, com sua obra monumental, lida e estudada, inclusive pelos brasileiros que liam francês, apresenta os elementos positivos da conceituação de leigo que serão assumidos pelo Concílio Vaticano II. (1)

O Documento conciliar "Apostolicam Actuositatem" (sobre o Apostolado Leigo) é a grande novidade da história da Igreja no que se re-

---

(1) O mais famoso livro do Padre Congar sobre o assunto, em francês, é "Jalons pour une théologie du Laïcât", lançado na França em 1953, pelas "Editions du Cerf". No Brasil, só foi publicado, em português, em 1966, com o título: Os leigos na Igreja, Pela Ed. Korder.

fere aos Leigos. Jamais um Concílio ecumênico tinha dedicado espaço especial ao laicato. E como sabemos, ainda um capítulo específico ao tema na Constituição Dogmática *Lumen Gentium*. Sem falar nas referências em outros documentos, como: *Gaudium et Spes*, *Ad Gentes*, *Presbiterorum Ordinis*... (2) E ainda reconhece a tradição bíblica de Povo de Deus, um dom do Espírito à renovação eclesial, recolocando no lugar devido a missão do leigo e da Hierarquia, conforme a feliz expressão de Santo Agostinho citado no *Lumen Gentium*: "com vocês eu sou cristão, para vocês eu sou Bispo" (LG 32).

A definição de leigo na *Lumen Gentium* (n. 31) recolhe as contribuições, tanto em nível teórico como prático, das últimas décadas. Sublinha, teologicamente, que o mandato provém da fonte batismal enquanto a Apostolicam Actuositatem parece seguir ainda o sentido de "mandato" da Ação Católica clássica. Este último deve ser lido à luz da Constituição sobre a Igreja.

A definição: "Pelo nome de leigos aqui são compreendidos todos os cristãos, exceto os membros de ordem sacra e do estado religioso aprovado na Igreja. Estes fiéis pelo batismo foram incorporados a Cristo, constituídos no povo de Deus, e a seu modo feitos partícipes do munus sacerdotal, profético e régio de Cristo, pelo que exercem sua parte na missão de todo o povo cristão na Igreja e no mundo".

A ênfase ao tema Povo de Deus, munus sacerdotal é um desafio à criatividade eclesial. Os leigos aqui são definidos pelo positivo, no quadro eclesiológico mais próximo das fontes bíblicas. E quando apresenta aspectos negativos é para dizer quem não faz parte do laicato: os membros da ordem sacra... Houve uma inversão da definição tradicional. Também, ao falar sobre "a missão na Igreja e no mundo" enterra a estéril dicotomia "temporal-espiritual": dá margem a recuperar a visão dos ministérios como fruto dos carismas confiados a todos os membros da Igreja, para um melhor cumprimento de suas funções.

"A relação com o mundo secular só pode ser absorvida no conceito teológico do leigo, se a missão específica da Igreja já inclui, em si mesmo, uma relação eclesial com este mundo secular. A razão é que o que distingue o leigo, teologicamente, deve distingui-lo também na sua relação com a Igreja. Do contrário, se introduziria um elemento alheio na definição eclesiológica" (3).

E se a missão da Igreja é evangelizar "a sua graça, vocação, a mais profunda identidade" (EN 14) e evangelizar é "levar a Boa Nova a todas as parcelas da humanidade em qualquer meio e latitude, e pelo influxo transformá-las a partir de dentro e tornar nova a própria humanidade" (EN 18), é a Igreja toda (hierarquia e laicato) que tem a missão na ordem da salvação, que inclui a reordenação do universo.

Frei Romeu Dale, num artigo publicado na REB sobre os Leigos e o Concílio, em plena discussão da *Lumen Gentium*, final de 1963, assume uma colocação de bispo de Livorno, Italia, Dom Emílio Guano, como a melhor síntese sobre este problema: "Duas idéias a destacar: de um lado, os leigos são chamados a assumir uma função no apostolado da Igreja; de outro, existem realidades temporais nas quais o apostolado da Igreja está engajado. Eis porque não gostaria muito que se dissesse que a consagração do mundo é o fato específico apenas dos leigos. Ele é algo da Igreja toda. Existe um único apostolado, o apostolado da Igreja, mas existe uma função particular dos leigos neste apostolado" (4).

---

(2) Outras referências significativas do Concílio sobre os Leigos: *Gaudium et Spes*, 43 (O leigo no mundo), *Ad Gentes* 21 (O leigo e a missão), *Presbiterorum Ordinis* 9 (O leigo e o padre).

(3) Schillebeeckx, E.: A definição do leigo cristão, in *A Igreja do Vaticano II*, Vozes, 1965, pp. 994.

(4) Dale, Romeu: Os leigos e o Concílio, REB, Vol. 23, pp. 915 - dezembro, 1963.

A partir destas colocações é que gostaria de apresentar a história do Apostolado Leigo no Brasil - na Igreja do Brasil, a partir do Concílio Vaticano II que teve seu início oficial no dia 11.10.1962 mas sua prática já fora vivenciada em muitos cristãos, que tornaram possível o Vaticano II ser, de fato, uma chama de renovação.

## I - CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II E OS LEIGOS

### 1 - O que a Igreja do Brasil levou ao Concílio Vaticano II

Apesar da perspectiva do Concílio ter sido o fruto amadurecido de uma elaboração das Igrejas do 1º mundo, sobretudo as européias, tanto através das experiências missionárias como da reflexão teológica, no entanto, podemos constatar que estes raios chegavam até nós. Por intermédio de minorias, é verdade, mas significativas, que tinham acesso às bibliografias, contatos culturais, experiências profundas... por vezes até copiadas ou reelaboradas. O certo é que as correntes d'água que desaguaram no Vaticano II levaram consigo também águas brasileiras.

A renovação bíblica, a renovação litúrgica, a dimensão social da eclesiologia, a renovação catequética, a abertura ao social através das encíclicas de Leão XIII a João XXIII entravam como sangue novo nas veias da nossa caminhada eclesial. E os Movimentos Leigos ou Associações de Leigos eram muito sensíveis a todas estas correntes de renovação.

Antes da década de 50, o grupo leigo que mais se destacou nesta sintonia com novos ares eclesiais foi consequência da mobilização de Dom Sebastião Leme que, na carta pastoral renomada, de 1916, como arcebispo de Olinda e Recife, via a solução para muitos problemas da Igreja a organização de movimentos leigos. O Centro Dom Vital, fundado em 1922, com Dom Leme no Rio de Janeiro, pelo leigo Jackson de Figueiredo, atraiu bom número dos mais brilhantes luzes intelectuais do país, neste momento: Hamilton Nogueira, Jonatas Serrano, Sobral Pinto, Gustavo Corção e Alceu Amoroso Lima, que tomou a direção do Centro com a morte inesperada do ainda jovem Jackson de Figueiredo. O Centro Dom Vital coordenou, praticamente, a renovação de todas as expressões leigas, sobretudo através da Ação Católica Geral, oficialmente fundada em 1935. Seu grande veículo era a revista "ORDEM".

No entanto, até a década de 50, o relacionamento Igreja-sociedade não trazia ainda a originalidade profética significativa que deslocasse o seu eixo tradicional. Esta caminhada, contudo, foi sem sombra de dúvida, o elo promissor com a grande cadeia do laicato da década de 50, contribuição valiosa para o "novo" da Igreja que será levado pelos nossos pastores ao Concílio Vaticano II.

Os leigos e os acontecimentos importantes desta época:

a) A Ação Católica Especializada, de influência franco-belga. O impulso de Dom Leme é substituído pelo de Dom Hélder Câmara que se confessa convertido ou formado pelos leigos: "Nós temos uma enorme gratidão pela Ação Católica. Ela foi nosso Seminário, nosso noviciado. Ela formou alguns dos nossos melhores militantes. Ela preparou o Concílio... que reconheceu o papel insubstituível e específico dos leigos. O Concílio não define o leigo pelo negativo. Ele tem uma definição própria... Se a Ação Católica Geral já despertava a atenção para os problemas humanos, a A.C.E. mergulhando-nos no coração do mundo universitário, e aplicando a trilogia de Cardijn - VER, JULGAR, AGIR - ia bem mais longe. Estávamos já, antes que a palavra tivesse sido inventada, no pleno trabalho de conscientização" (5)

(5) Dom Hélder Câmara: Les Conversions d'un Évêque, Entretien avec Joseph de Brouker, Ed. Seuil, Paris, 1977, pp. 108-111.

Durante toda a década de 50, acompanhamos o desabrochar de um laicato consistente, sólido na formação cristã, com espírito missionário nos seus respectivos meios sociais. "O operário apóstolo do operário", na intuição de Cardijn. Da JOC vem a JAC, a feição camponesa, depois a JEC/JUC (estudantes secundaristas e universitários), a JIC (Juventude independente). A ACE chegou a manter um Secretariado específico, com um boletim próprio: Boletim da Ação Católica Brasileira.

Os Bispos brasileiros levaram a Roma, em 1962, uma vivência de apostolado leigo de intensidade nunca antes existente. A perceber pelas publicações que mostram a face da vitalidade de qualquer associação, como irradiação de informações, em 1962:

- A JAC mantinha o jornal CORREIO RURAL, um jornal do homem do campo, feito pelo homem do campo, com uma tiragem de 14.000 exemplares.
- A JOC tinha um jornal JUVENTUDE TRABALHADORA, mensal, tiragem de 40.000 exemplares. UNIDAS E UNIDAS-DOMÉSTICAS, da JOCF, mensal, com 24.000 exemplares. CONSTRUIR, da JOC, com 13.000 exemplares (6).

A Ação Católica, diz Dom Marcelo Carvalheira, que foi assistente de JIC no Recife, na segunda metade da década de 50, foi a grande responsável pela renovação eclesiológica - na qual leigos e padres aprendemos juntos - e essa renovação veio desembocar no Concílio Vaticano II.

b) A CNBB. Criada em 1952. Tem sido a escola dos bispos brasileiros no exercício da responsabilidade comum para além dos limites de suas dioceses. Experiência da colegialidade consagrada pelo Concílio Vaticano II. Também recebeu ajuda da A.C.E. para sua fundação. Conforme o testemunho de Luís Alberto Gomes de Souza: "A CNBB foi criada, em 1952, por Dom Hélder Câmara e Dom José Távora, a partir da experiência dos dois como assistentes eclesiásticos da AC e contaram, no grupo que organizou e montou a Conferência, com uma equipe de leigos e assistentes que vieram dos movimentos especializados. Antes da CNBB existiu a AC, e esta influenciou muito no surgimento da primeira. Pode-se dizer, sem exagero, que aquela nasceu da prática desta última. Hoje muitos esquecem essa realidade. E vários dos bispos renovados dos últimos anos fizeram seu aprendizado nos movimentos de AC" (7).

c) O movimento de Natal e o MEB (Movimento de Educação de Base). Durante toda a década de 50, Natal (RN) foi o centro de criatividade da pastoral nordestina que contava com um grupo de bispos com muita sensibilidade pastoral e a audácia exigida pelos desafios da região. Daí surge a Campanha da Fraternidade, assumida, depois, em plano nacional. Também os sindicatos rurais, pela inspiração da Igreja. A partir da experiência das escolas radiofônicas surge o MEB (Movimento de Educação de Base), que se desenvolverá, em plano nacional, como uma exigência de educação do povo, como exigência de evangelização. Não só ensinava a ler, mas dava uma consciência da dignidade da pessoa humana, formava para assumir a dimensão política, na transformação da sociedade. A ACE especializada entrou de cheio no trabalho de Educação de Base, sobretudo os militantes da JUC que avançaram mais rapidamente na consciência política.

O papel da ACE na Educação de Base é contemplada no seu boletim da seguinte forma: "A tarefa da Ação Católica é colaborar na missão da Igreja: evangelizar. Para a Igreja, a Educação de Base é, essencialmente, uma exigência da evangelização. Por este motivo se justifica o interesse da Ação Católica na Educação de Base. Também, aqui, a Hierarquia e o Laicato, ambos têm um trabalho a realizar, cada um no seu campo específico... Os movimentos especializados da ACB devem inten-

(6) Boletim da Ação Católica Brasileira n. 5, junho 1962, Rio de Janeiro, pp. 23-24.

(7) Luís Alberto Gomes de Souza: A JUC: Os estudantes católicos e a Política, Vozes, 1984, p. 251.

sificar a formação de militantes para assumir tarefas nos movimentos de Educação de Base. Estes militantes serão, sobretudo, quando adultos, a presença viva da Igreja na luta pelas reformas de estruturas" (8).

d) O Movimento por um Mundo Melhor: entrou no Brasil no final da década de 50 pelo seu fundador, Pe. Lombardi. Aqui, expandiu-se com mais velocidade do que no seu país de origem - a Itália. Fez com que muitos ambientes brasileiros tivessem uma iniciação nos temas que iriam ser adotados e divulgados pelo Concílio Vaticano II. Através do método de retiros, cursos... atingia os leigos, os religiosos, os sacerdotes, os bispos. Pio XII o lançou em 1952 com a proclamação: "Refazer o mundo desde os seus alicerces através de uma mobilização geral de almas santas e muito unidas entre si". É um Movimento no sentido etmológico da palavra, um movimento da Igreja em direção à meta do mundo novo, em relação àquele existente até agora. É uma corrente de idéias orientadas num único sentido - o mundo melhor - que, como ondas, se vão unindo umas às outras; corrente cada vez mais grossa de pessoas, que, esmerando-se em melhor cumprir o seu dever, no modo de viver, querem a construção de uma sociedade diferente, mais bela, melhor, toda de Deus... O Espírito do Corpo Místico era o impulso místico da caminhada" (9). Foi o instrumento de desbloqueio para preparar o Concílio.

e) Os leigos no relacionamento Igreja - sociedade da época. O papel do laicato neste momento foi importante. O clima eclesial era de renovação. O clima no país era de ebulição, sobretudo a partir de 1956, com o governo de Juscelino Kubitschek. O Brasil entra na etapa do desenvolvimento. E a Igreja defende as reformas do Estado perante a classe dominante. Daí é que se engaja na "operação Nordeste" de onde sairia a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) numa reunião de bispos com o presidente da República, em Campina Grande-PB, 1959.

É sinal de abertura da Igreja, de modo mais categórico, para o social. Do social para o político foi um passo, sobretudo a partir dos movimentos leigos que estavam mais diretamente em contato com os conflitos nos respectivos meios sociais. Com o desenvolvimento cresce a industrialização, a urbanização. Num espaço muito curto de tempo, evoluem a industrialização, a urbanização e a renovação eclesial, o que não acontecera em outros continentes. Os problemas sociais vêm à tona. A corda das relações de classe começa a esticar porque o projeto popular ganha terreno. O mútuo e dialético relacionamento entre os grupos de Ação Católica envolvidos nos conflitos e um grupo de bispos possibilita trazer para o interior da Igreja os debates, os protestos e as esperanças de uma nova sociedade.

A descoberta destas situações concretas (de injustiças) não ocorreu tanto por causa dos índices de miséria da sociedade - esta sempre existiu e existe - mas por causa da ação dos leigos nesta situação de miséria trazida para o seio da Igreja. Isto levou a "uma expansão para baixo", expressão bem própria ao período. Uma mística, uma nova práxis, um desafio a um aprofundamento teórico - no plano da teologia e da pedagogia. A situação torna-se tensa. Há conflitos internos latentes.

O caso que melhor expressa esta situação foi o relacionamento da JUC/Hierarquia. Partindo do "Ideal histórico" de Jacques Maritain, em 1959, a JUC abre para os cristãos a possibilidade de militar politicamente e nos partidos ou organizações mesmo não cristãs. A fé atuaria como sentido último da história. Na sua comemoração dos 10 anos de existência, a JUC marca a evolução do campo social para o político, principalmente no movimento estudantil. Esta prática é levada para

---

(8) Boletim da Ação Católica, n. 5, p. 22, junho, 1962.

(9) Boletim da Ação Católica, n. 1, p. 24, 1960 (retiro do Pe. Lombardi para a A.C.).

dentro da Igreja. A JUC funda o partido AP (Ação Popular) em 1962 expressando "a consciência política dos militantes da sociedade, inspirada numa visão histórico-filosófica do homem e da sociedade em que havia uma mistura, aliás original e coerente, de teorias de autores como Le Bret, Mounier, Teilhard, Hegel e Marx" (10). Também sob a influência do Pe. Henrique Vaz, sj.

f) O Plano de Emergência. No 10º aniversário da CNBB vem à luz o Plano de Emergência, como 1º Plano de Pastoral de Conjunto. Desejado por João XXIII em seu primeiro ano de Pontificado (discurso do CELAM, em 15 de novembro de 1958), urgido em 1961, como consequência dos acontecimentos de Cuba, diz Dom Hélder na apresentação do Plano. A palavra final desta apresentação é expressiva. "Agradecemos a Deus que tudo isso aconteça na vigília do Concílio Ecumênico: o Plano de Emergência nos prepara para as reformas que hão de vir como consequência do Vaticano II. E os Bispos do Brasil tem confiança de partir para Roma, deixando o Plano em marcha, entregue aos nossos padres, religiosos e leigos" (11).

De fato, os leigos estavam muito comprometidos com este plano. E para precisar a missão do laicato, ou especial dos Movimentos Especializados da AC, o papel que estão tentando desempenhar no conjunto da renovação pastoral e do Plano de Emergência, os seus órgãos nacionais, a partir do contato com as dioceses regionais, formulam um Documento base: sentido, linha de ação e método dos movimentos especializados. Este documento veio a público só em 1964, embora estivesse em elaboração desde meados de 1963, momento em que os leigos se pronunciavam diante do Plano de Emergência que substanciou vários anos de experiência pastoral, tornando-se o eixo propulsor de grandes realizações e esperanças (12).

## 2 - Impasse para os Leigos do Brasil no pós-concílio

O golpe militar de 1964 e o regime autoritário instaurado no país, em pleno concílio ecumênico, têm um significado especial para os leigos. A Igreja via-se abalada pelo desbaratamento dos grupos de leigos mais comprometidos com a causa popular, que tinha engajado grande parte da Igreja. Reformas de base, os anseios por uma reforma agrária, reforma universitária, etc. contavam com a voz dos cristãos. Daí porque prisões, torturas, exílios atingem, de cheio, os melhores quadros do seu rebanho. A CNBB, nos primeiros momentos, ficou dividida. A A.C. passa pelo teste de fogo. A conjugação de fatores como - a ditadura repressiva, a insegurança da Igreja institucional para acompanhar situações tão novas, sobretudo por falta de um instrumento teórico para ajudar a refletir a fé diante do político, levaram a um esvaziamento dos movimentos. Para alguns movimentos, foi o começo do fim, como no caso da JEC/JUC. As tensões que já estavam em cena era apresentadas, oficialmente, como choques ideológicos, influência do marxismo, confusão nos conceitos teológicos, sobre o significado de evangelização. Falava-se no risco de divisões dentro da Igreja...

De fato, sabemos que a questão da autonomia dos movimentos, defendida em plano teórico, em muito pesou na prática dos conflitos. Até há pouco, a A.C. se baseava no "mandato" da hierarquia. Como agora defender a autonomia dos cristãos no compromisso político?! O problema da falta de controle estava muito presente. O "vim para servir" continua sempre um desafio na Igreja de Jesus Cristo que exclamou com tanta força: "entre vocês deve ser diferente" (Mc 10,43).

---

(10) Pablo Richar: Morte das Cristandades e Nascimento da Igreja, Paulinas, 1982, p. 156.

(11) Boletim da Ação Católica Brasileira, n. 6/7, outubro 1962, p. 4.

(12) Cadernos da ACB: Documento Base, publicação da Livraria Dom Bosco, n. 1, 1964, p. 10.

Cabe mostrar que, a estas alturas, tinha mudado a direção da CNBB que conhecera mais de perto a A.C.. Dom Hélder, secretário da instituição por doze anos, fora transferido para o Recife, tomando posse 10 dias após o golpe militar. No seu livro "Les conversions d'un éveque", supracitado, fala com franqueza, referindo-se aos momentos delicados em que vivia a A.C., de modo especial a JUC: "A juventude não se embaraça em prudências, matizes e precauções. É normal que a juventude seja radical... Quando os bispos, os padres, os assistentes reúnem os jovens e lhes apresentam as grandes encíclicas... eles pensam que essas conclusões são para ser traduzidas na vida... Então, a um certo momento, uma parte da hierarquia ficou preocupada pelo que lhe parecia uma marxização da juventude estudantil e universitária"... Mais adiante: "esta radicalização da juventude universitária, da juventude estudantil, da juventude independente e também da juventude operária, esta radicalização tinha primeiramente por responsáveis diretos a nós bispos que não soubemos compreender" (13).

Em que pese todo este sofrimento, toda esta perplexidade em que vivíamos na Igreja do Brasil, o Concílio Vaticano II reclamava uma renovação. A *Gaudium et Spes* dera início à constituição pastoral afirmando que: "as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo" (n.1). Dissera também no n. 44: "Compete a todo o Povo de Deus, principalmente aos pastores e teólogos, com o auxílio do Espírito Santo, auscultar, discernir e interpretar as várias linguagens do nosso tempo e julgá-las à luz da palavra divina, para que a verdade revelada possa ser percebida sempre mais profundamente, melhor entendida e proposta de modo mais adequado...".

O Concílio Vaticano II propunha uma renovação da Igreja e a experiência mais significativa da Igreja do Brasil, nas últimas décadas, era a A.C.E., mesmo não tão numerosa.

Vivíamos na sociedade brasileira momentos de escuridão: a voz dos pobres fora sufocada. E também a voz dos que se colocavam no caminho dos pobres... Alguns dos nossos bispos, entretanto, não eram calouros neste terreno. Tinham ouvido Paulo VI na última sessão do Concílio, ao voltar da memorável viagem às Nações Unidas: "Chegou a hora de passar das palavras aos atos. Daqui em diante, deveremos estar muito mais atentos aos pobres, porque é a desigualdade dos bens que causa as desordens e provoca guerras" (14). Alguns como Dom Hélder, Dom Fragozo... tinham feito o pacto das catacumbas, no final da 4ª sessão, o pacto por uma Igreja servidora e pobre. Os caminhos da aplicação do Concílio tinham que passar por este túnel. A situação não era só brasileira. Em plano Latino-Americano, vejamos como G.Gutierrez se expressa: "Ora, precisamente, este ano (1965) representa um momento agudo da situação que desde há muito vem amadurecendo: uma situação de pobreza cada vez mais intolerável, a percepção das principais causas deste injusto estado de coisas, a afirmação nova da personalidade das antigas raças e culturas indígenas, a vontade dos pobres de se organizarem, a inquieta busca de caminhos que respeitem a vida humana diante da situação existente, o endurecimento de um sistema social que defende, também com violência, seus privilégios" (15). Estamos aplicando o Concílio Vaticano II na A.L., no Brasil. A Igreja percebia com clareza que o mundo dos pobres não podia mais ficar à margem das suas opções. Medellín veio responder este anelo, como um Concílio para nós, como uma leitura dos mesmos princípios numa realidade diversa. .

---

(13) Dom Hélder Câmara, op. cit. pp. 109-111.

(14) Oscar Beozzo: O Vaticano II e a Igreja Latino-Americana, Paulinas, 1985, p. 10.

(15) Gustavo Gutierrez: O Concílio Vaticano II na América Latina, in "O Vaticano II e a Igreja L.A., Paulinas, 1985, p. 35.

Quanto aos leigos, Medellín legitima o que já um grupo de bispos experimentava: a necessidade de uma Igreja que tivesse rosto de povo, custasse o que custasse. "Promova-se com especial ênfase e urgência a criação de equipes apostólicas ou de movimentos leigos nos ambientes ou estruturas funcionais, sobretudo onde se elabora e se decide o processo de libertação e humanização da sociedade a que pertencem, dotando-os de uma coordenação adequada e de uma pedagogia baseada no discernimento dos sinais dos tempos na trama dos acontecimentos. Onde já existem as mencionadas equipes, ou movimentos, que sejam apoiadas e animadas decididamente, e não abandonados seus militantes quando, por causa das implicações sociais do Evangelho, são levados a compromissos que comportam dolorosas conseqüências" (Medellin, Movimentos de leigos, 10,13-14).

Exatamente em 1968, ano de Medellín, marcado por acontecimentos questionadores na França, em Praga... exatamente neste ano, há um outro conflito com a A.C., agora com a JOC. Em junho, no Recife, dá-se sua Assembléia Nacional que define pontos decisivos de uma nova linha no movimento. Seja por uma contestação radical ao capitalismo, seja por sua imposição com relação à Igreja. Faz a distinção entre a instituição eclesial que é povo-sinal que concretiza a vontade redentora de Jesus Cristo, enquanto a instituição eclesiástica é a organização oficial, jurídica, que pode tornar-se um sério obstáculo à realização do acontecimento Jesus Cristo. Da mesma forma que Jesus contestou as instituições do seu tempo, a consciência crítica do profetismo deve desafiar as estruturas eclesiásticas dos nossos dias. A religião é a expressão cultural de um povo. O cristianismo é uma fé, não é uma religião. Abandonar a religião não é mesmo que abandonar a fé. O povo não está preparado para abandonar a religião. Devemos respeitar e purificar os seus hábitos religiosos, transformando a religião em potencial de libertação" (16). Os documentos do congresso do Recife são apreendidos pelo Exército. Novos conflitos com a hierarquia, num âmbito quase de tanta monta como no caso da JUC. Apesar da JOC ter procurado recuperar-se diante da Igreja, justificando suas posições, publicando mesmo um documento especial de explicações: "Ação e orientação da JOC do Brasil" (julho de 1969), não impediu que a crise perdurasse. E continua com um desfecho fatal que leva, em 1970, à prisão toda a equipe nacional e dois assistentes. Presos e torturados, obrigados a comparecer diante de um tribunal militar por crime de subversão. A JOC era a última flor do Lácio"...graças à ajuda internacional e à disciplina do seu fundador. Até então, conseguia manter um bom relacionamento com a Hierarquia.

A crise da JAC também se alastrara. No Conselho nacional de 1969, praticamente chegam à conclusão de que a JAC tinha cumprido sua missão... (17).

A morte do Padre Antônio Henrique, no Recife, trazia mais um golpe a toda a pastoral universitária que, com grande esforço, ainda tentava continuar algumas das pegadas da JEC/JUC.

São fatos exemplares para mostrar os impasses da aplicação do Concílio Vaticano II, agora em plano Latino-Americano com Medellín. A mesma pergunta que fizera Dom Helder sobre a JUC a faz Pe. Michel le Van e seus companheiros presos em Belo-Horizonte, assistentes da JOC: Afinal, Medellín é para ser colocado em prática? A crise está-se generalizando.

---

(16) Citado por Márcio Moreira Alves: A Igreja e a política no Brasil, Ed. Brasiliense, 1979, p. 156.

(17) Padre João Bosco Schio: JAC - transformando o mundo rural, entrevista à revista MUNDO JOVEM, Porto Alegre, junho, 1983.

## II - A CRISE NO APOSTOLADO LEIGO

### 1 - Como a crise manifesta-se

No final da década de 60 e início da década de 70, a palavra crise espelhava bem a realidade em que vivíamos no pós-Concílio, no pós-Medellin, entre nós, na Igreja e na sociedade. Conseqüentemente, crise no Apostolado Leigo.

Algo novo estava para nascer. A crise, conforme Pierre Furter, "não é um sintoma de uma catástrofe iminente mas o momento crítico em que o homem se questiona radicalmente a si mesmo, seu destino, o mundo cultural que o cerca e é convocado não a opinar sobre algo mas a se definir" (18). Dom Hélder, no quente da repressão, disse para uma jornalista: "Quanto mais negra a noite mais carrega em si a madrugada".

Em plano de Igreja, de Apostolado leigo, podemos dizer que carregava uma aurora. A crise da A.C. estava prenhe de lições. Parecia, para alguns, choque de geração e não era só. Parecia, para outros, auto-defesa recíproca e não era. A crise vislumbrava uma nova perspectiva teológico-pastoral, que tinha suas raízes num novo relacionamento Igreja-mundo (dos pobres), um novo modelo de ser Igreja.

A própria Igreja do Brasil dizia-se em crise, por ocasião da Assembleia da CNBB, em 1970. Dá início à reflexão final, declaração pastoral, dizendo: "Parece-nos oportuno abrir este Documento Pastoral, trazendo uma palavra sobre a impressão difundida um pouco em todos os ambientes, sublinhada com maior ou menor ênfase pelos meios de comunicação, guardada em silêncio no coração de muitos, experimentada por nós também no dia a dia de nossas vidas: a impressão de que a Igreja está em crise... Se a Igreja, com seus homens, suas estruturas e instituições, com a necessária vinculação ao tempo da expressão e formulação de muitos aspectos da verdade, permanecesse serena e inquestionável, em meio à tremenda crise que abala o mundo contemporâneo, ela estaria, por certo, fora da história. Mas porque assim não é, ela registra a marcha do homem no tempo e passa também por uma destas transformações profundas, que nem é a primeira nem a última" (19).

A crise nasce do sentimento de superação de não adequação, provocando a esperança de ser superado por algo mais adequado. Chance de crescimento, de discernimento. Em nível religioso, chance de conversão em nível pessoal ou eclesial.

Como se manifesta a crise no Apostolado leigo:

- a) entre uma pastoral de conservação e uma pastoral de renovação conciliar - refletindo em todos movimentos leigos, associações religiosas, sobretudo com relação ao modelo de Igreja que faz opção pelos pobres...;
- b) entre evangelização e humanização, ainda fruto do dualismo temporal-espiritual, profano-sagrado, que toma novas expressões nas tensões entre evangelização e libertação, libertação-salvação...;
- c) tensão fé-religião (expressão bíblica da fé - devocional) - fé e expressão de fé. A secularização invadia os campos dos cristãos e, a um certo momento, tudo era questionado. O povo aparecia como "ignorante". Sua vivência religiosa era julgada "fanatismo". Uma crítica a secularização tende a revalorizar o catolicismo popular, a religião popular numa tentativa de integra-la na pastoral mais intencional das comunidades eclesiais de base;
- d) tensão entre autonomia dos leigos - controle da hierarquia, a questão do poder, questão de sempre, quando cresce na cul-

---

(18) Pierre Furter: Educação e Vida, Vozes, 1968.

(19) Documento Pastoral de Brasília, maio de 1970, p. 1.

tura atual a ânsia de participação, o desejo de ser sujeito das decisões, na corresponsabilidade... Sente-se, na juventude, uma desconfiança nos adultos, classificando-os de dominadores, concentradores de poder. Nas Comunidades Eclesiais de Base a questão é também levantada: "De um lado, vêm como fator positivo o interesse demonstrado pelos bispos, já que eles são os dirigentes das CEBs... de outro, demonstram preocupações diante da possibilidade de que a presença dos bispos seja um fator de contenção da própria Igreja" (20).

- e) A tensão chave em torno do "político". Tensão permanente que vem perpassando décadas no apostolado leigo, sobretudo na prática. Na teoria foi superada. Os documentos falam da política como "próprio" dos leigos, como necessidade, como forma de louvor a Deus, como forma de caridade.

Os conflitos vêm à tona porque a práxis pastoral, neste campo, revela implicações inusitadas. Tem suas repercussões:

- no conceito de unidade eclesial, exigindo integrar a dimensão conflitiva;
- no conceito de pobre, não só aquele que se põe no meu caminho mas como aquele no caminho do qual eu me ponho - o pobre coletivo, a mudança das estruturas;
- na diversidade de partidos e a questão ideológica, no projeto de sociedade;
- no engajamento político-partidário dos leigos e a responsabilidade eclesial nos movimentos apostólicos ou serviços de Igreja (cf. Com. Justiça e Paz).

O político toma uma característica globalizante - daí porque se fala da política como uma vertente da pastoral. "A fé cristã não despreza a atividade política, pelo contrário, a valoriza e a tem em alta estima. A Igreja... sente como dever e direito estar presente neste campo da realidade: porque o cristianismo deve evangelizar a totalidade da existência humana, inclusive a dimensão política" (Puebla nn. 514-515).

## 2 - Uma pausa para reflexão e comunhão

A XI Assembléia da CNBB, maio de 1970, embora reflexo das tensões supracitadas, marcava um passo na transição. O clima era de crise como vimos na declaração final. O tema central foi "Leigos". O fato dos Srs. Bispos se debruçarem, durante três dias, com os leigos, para ouvi-los e refletir juntos, foi significativo.

Dom Alberto Ramos, em nome dos bispos, saúda os leigos e fala no momento de um novo Pentecostes. E caracteriza o evento como "de maior reaproximação entre Bispos e leigos... é este conhecimento que certamente vai quebrar barreiras, vai destruir preconceitos, vai modificar estruturas, para que seja, cada vez mais, recíproco, mais íntimo, consolidando, assim, esta grande realidade. Aqui estão os leigos, não para reivindicar direitos dentro da Igreja. Aqui estão os pastores, não para afirmar, mais uma vez, a sua supremacia. Mas, aqui, estão, pastores e leigos, todos amigos para conjugarem esforços, e, assim, realizarem o grande plano da salvação do mundo, o grande plano do Reino de Deus. Sede bemvidos a este cenáculo, leigos do Brasil" (21).

(20) Jornal Folha de São Paulo, 04/05/86 p. 6 (preparação do VI inter eclesial).

(21) Leigos na XI Assembléia, CNBB, 1970, pp. 4-5.

Na Assembléia havia leigos de todos os regionais da CNBB e, ainda outros, convidados para integrar três painéis:

- a) A Teologia do Laicato, a cargo da Arquidiocese de São Paulo.
- b) Leigos e Engajamento temporal, da Arquidiocese do Rio de Janeiro.
- c) Relacionamento Leigos-Hierarquia, da Arquidiocese de Olinda.

Praticamente, todos os leigos dos painéis tinham sido formados pela A.C.E., nos vários meios sociais. O Bispo Secretário do SNALE (Secretariado Nacional do Apostolado Leigo) (Pe. Celso Pinto era o subsecretário) preparou para a Assembléia a história do laicato no Brasil. Aponta para o momento atual (1970) os seguintes traços:

- a) Leigo num país de longa e inveterada tradição clericalista;
- b) Leigo num país onde o caráter cultural prevaleceu sobre a evangelização na formação e na consolidação do catolicismo;
- c) Leigos traumatizados por experiências dolorosas;
- d) Leigos em uma Igreja em rápida e profunda renovação;
- e) Leigos num país incrivelmente polivalente e diversificado... (22).

Os srs. Bispos votaram questões importantes na Assembléia:

- que da assembléia de 70 até a próxima em 1971 deveria ser o ano dos leigos para:
  - \* reflexão eclesial sobre o leigo;
  - \* conhecimento mútuo leigos-Hierarquia;
  - \* instauração de órgãos de diálogo: conselhos de pastoral e, mesmo, a ser encaminhado o funcionamento de um organismo nacional de leigos.

Vale lembrar que, apesar da boa vontade, do clima de diálogo, a situação do país agrava-se - o que condicionou a continuidade da assembléia na prática pastoral. Foi nesta assembléia geral que, pela 1ª vez, os Bispos fazem uma denúncia pública sobre as torturas que se alastravam, após um debate com o Ministro da Justiça, Sr. Alfredo Bussaid.

Acredito que o maior resultado do diálogo dos Leigos com a Hierarquia foi um reatar os laços abalados, um desarmamento dos espíritos. Isto está bem expresso na palavra do leigo Romeu Padilha, antigo militante da JUC, num dos painéis: "Laicato e Hierarquia só devem ser entendidos numa referência mútua, da mesma forma que ambas só têm sentido numa referência a Cristo, a Humanidade toda e mesmo a toda a criação. Tenho a impressão de que isto precisa estar sempre presente entre nós. Hierarquia e Laicato, se cogitarem, na maneira de se relacionarem, olhando-se mutuamente, vão criar problemas que nunca serão solucionados" (23).

Os Bispos confirmam o mesmo na mensagem final: "... desejamos ainda reafirmar nossa sincera determinação pastoral de estarmos, lado a lado, com nossos leigos, sobretudo quando seus compromissos assumidos com a Igreja e com os homens trouxerem, também, a marca da contradição, ou da luta interior, da calúnia ou da perseguição (GS nn. 4-5-6-7-8). Sabemos apoiá-los, corrigi-los se necessário, confortá-los e defendê-los" (24).

### 3 - A semente que deve morrer...

Vão aparecendo luzes no túnel. Vai-se afirmando um modelo de Igreja profético-libertador. Claro que não nasce de um toque mágico. A opção pelos pobres vai amadurecendo uma nova feição de Igreja e influenciando em todos os rebentos da árvore que refloresce do impulso do Vaticano II / Medellin, da práxis dos cristãos.

(22) Leigos na XI Assembléia, op.cit. p. 26.

(23) Leigos na XI Assembléia, op.cit. pp. 91-92

(24) Declaração Pastoral de Brasília, p. 6.

Os primeiros anos da década de 70 foram, talvez, os mais decisivos para a nova fase que a Igreja do Brasil deveria enfrentar. A repressão tende a generalizar-se, não mais só a grupos de militantes e seus assistentes mas atinge os próprios Bispos, como nos descreve a Comunicação Pastoral ao Povo de Deus, um documento histórico da Comissão representativa da CNBB, outubro de 1976. Aumenta o consenso no conjunto da Igreja quanto à necessidade de uma ação mais profética. A opção pelos pobres se torna, cada vez mais, uma realidade vivida.

Além das motivações conciliares, por sua vez fundamentadas na Palavra de Deus, vários fatores contribuíram para explicitar uma nova maneira do agir pastoral da Igreja:

- a prática política da ditadura, aumentando o antagonismo entre o regime e o povo;
- a crescente repressão sobre a própria Igreja, criando uma situação de conflitividade permanente;
- a prática de uma pastoral comprometida que se afirmava, apesar de tudo, exigindo uma reflexão mais aprofundada e uma pedagogia própria;
- o novo clima eclesial, provindo do Concílio e Medellín, levando, igualmente, setores da Igreja européia a tomarem consciência das injustiças profundas que regulavam as relações entre países. Isto os leva a dar apoio às posições mais proféticas de bispos, sacerdotes e leigos;
- a necessidade de defender-se da repressão e a prática pastoral ligada ao povo foi aumentando o consenso, gerando uma situação na qual novos setores da Igreja se deslocariam em defesa da população (25).

A Igreja, no âmbito da pastoral popular, aparece como o único espaço possível de participação e atuação dos pobres e daqueles que se sentem impelidos a servi-los. Isto aumenta a disfuncionalidade da Igreja com relação ao regime ditatorial, carregando sobre ela, sempre mais, a fúria da repressão.

A conjugação destes fatores (e talvez outros) ocasionou um fato novo na história da Igreja do Brasil. Se antes, a Igreja se fazia presente no processo de transformação da sociedade brasileira através de canais dos leigos, sobretudo agora isso se torna impossível. Os Bispos são levados a assumir o trabalho social em primeira pessoa, diretamente.

Vêm nascendo aí as Comunidades Eclesiais de Base, já com experiências significativas. A Pastoral da Terra, as Comissões de Justiça e Paz e centros de Direitos Humanos, a Pastoral Operária, a Pastoral do Índio (CIMI) etc. São organismos criados ou acompanhados pela própria hierarquia, ligados à CNBB, em plano nacional ou local.

Quase todas estas formas de apostolado leigo nascem dos escombros da A.C., pelo menos como consequência da sua pedagogia, da sua mística: dela permanecem só alguns sinais (cf. nota).

---

(25) Luís Gonzaga de Souza Lima: op. cit. pp. 57ss.

Nota: Da Ação Católica especializada da década de 50 só resta a JOC que procura, lentamente, se recuperar. Existem os Movimentos de adultos: A Ação Católica Operária (ACO) que transferiu sua direção para Recife, em 1969, apelando para o apoio de Dom Hélder Câmara; a Renovação Cristã continua a JIC (no meio independente); e existe, também a ACR (Ação Católica Rural - com nome, hoje, de Animação dos Cristãos no meio rural), nascida em 1965 no Nordeste com dimensão nacional.

A A.C., diz ainda Dom Marcelo Carvalheira, submergiu em meio à novas formas de apostolado, diríamos que ela perdeu seu corpo como organização, mas não perdeu sua alma, foram-lhe os anéis com as iniciais de seus nomes históricos, declinando todas as vogais, mas restaram-lhes as mãos laboriosas dos militantes leigos para o perene trabalho da missão do Evangelho" (26). É interessante também o estudo de um americano, publicado na REB, sob o nome: "A JOC e o surgimento da Igreja na Base". Diz ele: "Na década de 1960, alguns grupos de leigos começaram a criar uma nova visão de fé que deveria mais tarde exercer importante papel em transformar a visão da Igreja Institucional quanto à própria missão. Todos esses grupos ajudaram a criar uma visão de fé vinculada à luta por uma sociedade mais justa e todos enfatizavam a importância dos grupos de leigos... Originariamente, a JOC foi concebida como meio de levar a Igreja à classe operária, de cristianizar a classe trabalhadora.

Seu verdadeiro significado histórico, porém, consistiu em fazer o oposto, isto é, em ajudar a Igreja a entender a classe trabalhadora" (27).

Em continuidade à JOC surge a ACO (nascido em 1962). Do espírito da JOC/ACO desponta a Pastoral Operária. Também um bom número de militantes operários que tanta influência têm tido nos sindicatos, na CUT (Central Única dos Trabalhadores) e quem sabe na CGT (Central Geral dos Trabalhadores).

A JAC é continuada pelo MER (Movimento de Evangelização Rural) fruto da interpelação à antiga JAC, de influência francesa, sobretudo em dois pontos: a) a supervalorização das lideranças, distanciando-as das massas de camponeses. O MER acentua mais a comunidade e os mais interessados não devem estar muito além da comunidade - esta, sim, deve crescer para melhor atuar. b) O segundo questionamento dá-se na separação jovem-adulto no meio rural. Defende o novo movimento que os jovens do meio rural têm responsabilidade de adulto. Tanto uns quanto outros participam da comunidade rural. Também da JAC vem a CPT (Comissão de Pastoral da Terra) que não é movimento leigo mas um grande serviço aos leigos.

A JUC e ao MEB muito devemos, tanto a relação fé-política, quanto a pedagogia libertadora, a reflexão teológica (inclusive conforme G. Gutierrez: a JUC foi inspiração para a TdaL). A Pastoral universitária de hoje reivindica a herança da JUC.

A JEC cada vez mais é a referência mais sólida para a Pastoral de Juventude orgânica de hoje; chega mesmo a reeditar cadernos do ano de 1963.

### III - OS MOVIMENTOS DE CONVERSÃO OU DE ESPIRITUALIDADE

#### Quais São:

Uma outra vertente do Apostolado Leigo no Brasil, nesta época, de modo especial a partir da década de 70, com tendência a se desenvolverem mais na década de 80, são alguns Movimentos que têm como características principais: internacionais, urbanos e mais voltados para a espiritualidade.

No Brasil, os mais conhecidos:

- Focolares: com sua expressão jovem - GEN (Geração Nova). Já vêm de mais longe, da década de 50. Entre nós, têm uma presença forte, ampla e vai crescendo. Têm muitos padres e Bispos a eles ligados. Nasceu na Itália sob inspiração de Chiara Lubich. Publicam uma revista, Cidade Nova e ampla bibliografia.

(26) Dom Marcelo Carvalheira: Momentos históricos e desdobramentos da Ação Católica Brasileira, REB, Vol. 43, março 1983, p. 24.

(27) Scott Mainwaring: REB, Vol. 43, março 1983, pp. 74ss.

- Os Cursilhos de Cristandade: vêm da Espanha, entram no Brasil no final da década de 60, tendo seu auge durante a década de 70. Inspiram vários movimentos jovens: TLC (Treinamento de Liderança Cristã), Schalón, etc.

- Renovação Carismática: de ordem americana. Para muitos, a Renovação Carismática parece ter significado a descoberta da oração e da verdadeira tradição espiritual. Conseguiu amplo apoio episcopal. Está em plena sementeira.

- Casais com Cristo: movimento familiar, uma espécie de Cursilho de Cristandade para os casais, nascido sob a orientação do Pe. Pastore, em São Paulo. Têm uma repercussão ampla no país. Sua proposta é de uma ação no âmbito paroquial. (Existem outros movimentos no âmbito familiar; Movimento Familiar Cristão, Equipés de Nossa Senhora, de menor extensão e maior profundidade).

- O Movimento Catecumenal: Também nascido na Espanha. Está baseado na ideia de que muitos católicos precisam de um verdadeiro catecumenato para ativar o batismo em estado de letargia. Uma conversão para os católicos. Ainda se limita a algumas regiões do país.

- Opus Dei: Oriundo da Espanha. Fazem sua nucleação mais no meio universitário e intelectual. Acentua a espiritualidade e formação pessoal dos leigos. Oficialmente, alheio a qualquer opção política ou social e a toda distinção de classe social (!)

- Communione e liberazione: Nasceu na Itália. "O essencial é o primado do religioso, que se descobre no pertencer à comunidade e na referência à autoridade institucional... Ainda que se refira, em textos, às lutas do povo e da classe, seu interesse é, sobretudo, 'construir a Igreja' considerada como Igreja-instituição. E na relação Igreja-Mundo os elementos negativos seriam colocados do lado do mundo e a Igreja vista mais como o mundo salvo... O movimento italiano influencia, hoje, no Brasil, algumas experiências de pastoral universitária, e se choca com algumas orientações mais ligadas à antiga JUC e ao método da revisão de vida..."

Padre José Comblin faz toda uma análise destes movimentos num estudo sobre os "Movimentos" e a Pastoral Latino-Americana. Aqui, uma síntese das principais ideias. Como novidade, estes movimentos nos trazem a perfeita integração de sacerdotes, religiosos e leigos em organizações que constituem como que uma convergência de duas evoluções históricas: por um lado, a evolução dos movimentos de apostolado leigo e por outro, a evolução dos movimentos de espiritualidade dos religiosos e sacerdotes.

Trata-se de uma resposta nova a situações novas e a inspirações novas que estão se tornando conscientes na Igreja Católica, embora se diga que os leigos constituem o centro da organização e que a espiritualidade do movimento é uma espiritualidade leiga.

- As vantagens destes Movimentos:

- Constituem a porta de entrada da nova classe urbana na Igreja;
- Estão adaptados à condição destes leigos urbanos;
- Bispos, religiosos(as) acham nestes movimentos segurança pessoal.

- Perguntas-chaves que lhes são feitas:

- O que podem oferecer ao mundo dos pobres, aos 80% dos Latino-americanos?
- A mensagem estando adaptada demais às aspirações dos leigos de classe média, onde ficaria o desafio Evangélico?
- Os Movimentos organizam seus programas, sua ação a partir dos programas internacionais. Como entrar na organicidade da nossa pastoral de conjunto: CNBB, Medellín, Puebla?

- Desafios:

- o paralelismo Movimentos - Pastoral Latino-Americana
- como os bispos poderão exercer sua missão
- uma pastoral urbana mais sólida que parta da perspectiva dos pobres

. o fortalecimento da Pastoral Popular, das Comunidades Eclesiais de Base... (28).

#### IV - PROSPECTIVAS: O FUTURO JÁ PRESENTE

O adiamento do Sínodo sobre os Leigos, previsto antes para 1986 e transferido para 1987, provocou, num primeiro ímpeto, nos leigos, uma sensação de serem deixados num segundo plano. No entanto, verificamos que o Sínodo Extraordinário, avaliação dos 20 anos do Concílio Vaticano II, foi uma preparação para o Sínodo sobre os Leigos, sobretudo porque há conclusões que nos provocam avançar. A "RELATIO FINALIS", entre outras coisas, afirma a grande importância e a grande atualidade da Constituição Pastoral "Gaudium et Spes", advertindo, ao mesmo tempo, que os sinais do nosso tempo são, em parte, diversos daqueles do tempo do Concílio, com angústias e ansiedades maiores. Com efeito, aumentam hoje, em toda parte, a fome, a opressão, a injustiça e a guerra, as torturas e o terrorismo e outras formas de violência de toda espécie (29).

A experiência mostra que a realidade brasileira apresenta sinais novos, exigindo de toda a Igreja, Povo de Deus, um auscultá-los com constância e audácia. A população do Brasil desde 1962, início do Concílio, duplicou, o que já revela muitas implicações.

Tentamos colocar, aqui, os aspectos mais significativos, no nosso parecer, para o Apostolado Leigo no Brasil, os sinais de Esperança, diante dos desafios na nova conjuntura nacional: suas ambigüidades, suas perplexidades. Afinal, estamos saindo de um regime de arbítrio político. Sem dúvida que o arbítrio econômico permanece. Haja vista as violências no campo diante do aceno de uma Reforma Agrária incolor. Em todo caso, há sinais verdes para seguirmos estrada a fora:

1. O Conselho Nacional dos Leigos (CNL): tem sua história, sua estrutura, seus desafios.

Sua história: Proposto pela XI Assembléia da CNBB, a idéia foi retomada em 1972. Mas, só em 1974, no Encontro Nacional dos Movimentos Leigos é que o Conselho começou a ser encaminhada. Eleita uma comissão como estudar a questão delimita o objetivo nos seguintes pontos:

- a) Representar os leigos e movimentos de leigos;
- b) Recolher dados, estudos e sugestões originados nos diversos meios e áreas e ação e presença eclesial;
- c) Promover estudos sobre áreas específicas;
- d) Sugerir métodos de ação apostólicas e novos campos de apostolado leigo, prestando, assim, uma colaboração aos leigos organizados ou não;
- e) Ser elemento de integração dos leigos com a Hierarquia em todos os níveis.

Numa Assembléia Nacional de Leigos, em 1975, foi elaborado o estatuto do Conselho "ad experimentum" e escolhida a diretoria. Em 1976, fora aprovado o estatuto com a presença de 36 Movimentos na Assembleia Nacional e, igualmente, determinado, para divisão de trabalho, a organização de 8 secretariados de áreas específicas. Na realidade, o CNL não foi adiante. Só a partir de 1981, por solicitação da CNBB, é seu curso retomado lugar numa estabilidade mais promissora.

(28) José Comblin: Os "Movimentos" e a Pastoral Latino-Americana, REB, Vol. 43, Junho, 1983.

(29) "Relatio Finalis" do Sínodo extraordinário: II, D, 1 dezembro 1985.

### Sua estrutura:

- Órgão conexo à CNBB, tem sua diretoria eleita nas assembléias, realizadas a cada dois anos. A diretoria se reúne mensalmente.
  - Membros do Conselho dos Leigos integram o Conselho Nacional de Pastoral, (a partir de 1981) órgão subsidiário da CNBB.
  - Mantém uma sede permanente, numa sala alugada, no Rio de Janeiro.
  - O Conselho Nacional de Leigos é formado pelos:
    - . Movimentos apostólicos organizados, em plano nacional;
    - . Representantes dos Regionais da CNBB;
    - . Representantes das Pastorais reconhecidas pela Igreja do Brasil.
- O critério básico é aceitar as diretrizes da ação pastoral da Igreja no nosso país.
- Mantém um boletim informativo como comunicação com as várias expressões dos leigos, numa tiragem de 1.500 exemplares; Na preparação do Sínodo extraordinário, o Conselho Nacional de Leigos aplicou um questionário junto aos próprios leigos sobre os 20 anos do Concílio Vaticano II. Seus resultados foram entregues, como contribuição, aos representantes do Brasil ao Sínodo.

### O grande desafio:

Ao passo que vai mudando a conjuntura do país e da Igreja, como mudar a visibilidade do órgão: tornando-o mais vigoroso como a voz dos leigos do Brasil, corresponsável para que a Igreja espelhe melhor a face do Povo de Deus comprometido com a causa da libertação.

### 2 - Pastoral Popular

Torna-se realidade, de modo especial, pelas Comunidades Eclesiais de Base, a Igreja que nasce do Povo pelo Espírito de Deus. São comunidades de pobres, convocadas pela Palavra Deus, comprometidas com a justiça. Vivem a xoinonia num clima participativo, expressam sua fé na fração do pão que os fortifica na missão que tem levado muitos dos seus membros até o martírio, sinal fulgurante da autenticidade evangélica.

Seus 5 encontros intereclesiais, em plano nacional, (não encontro nacional das CEBs) dão testemunho do que a Evangelii Nuntiandi diz: "ser lugar de evangelização para benefício das comunidades mais amplas, são uma esperança para a Igreja Universal" (EN 18).

O Documento 25 da CNBB constata com alegria que "as CEBs abriram um novo e fecundo espaço de participação dos leigos na Igreja... Isto não quer dizer, porém, que as CEBs sejam um Movimento de leigos. A CEB não é um Movimento, é nova forma de ser Igreja" (30).

As Comunidades Eclesiais de Base têm oferecido também para a Igreja uma mística nova na sua pedagogia de formação na ação. Só podemos ajudar a ensinar à medida que estamos dispostos a aprender. Ninguém ensina ninguém, todo mundo pode ajudar o outro a aprender. Pedagogia que se baseia na solidariedade entre pessoas, na luta, na esperança, na fé. Daí é que vêm surgindo os novos Ministérios. E tem levado aos Agentes de Pastoral a revisar sua maneira de trabalhar: padres, religiosos(as), bispos, cardeais...

### 3 - Leigos na Teologia

Leigos fazendo o curso de Teologia, lado a lado, com os seminaristas que se preparam para o sacerdócio, é uma novidade para os lei-

gos e perspectivas novas para os padres que virão. Também novidade os cursos de teologia em nível ecumênico.

#### 4 - A Mulher na Igreja

A participação da mulher na sociedade, na Igreja é indicada pelo Papa João XXIII, na Pacem in Terris como sinal dos tempos. O Documento Apostolicam Actuositatem do Concílio Vaticano II desafia sua presença na missão eclesial. O fato novo é que sua atuação torna-se realidade nas Comunidades Eclesiais de Base, nos Conselhos de bairros, na política, na teologia... apesar dos condicionamentos nos serviços internos da Igreja.

#### 5 - Os Centros de Direitos Humanos (Comissões de Justiça e Paz):

Leigos que expressam com mais vigor sua índole secular, diante do clamor, cada vez mais ameaçador, do nosso povo oprimido no campo e na cidade, como nos diz Puebla.

Estes veículos de formação da consciência política e instrumento de denúncia das violências de todo tipo estão-se multiplicando. Têm sua articulação nacional como intercâmbio de experiência, como comunicação para engrossar a voz profética diante dos fatos mais interpeladores.

#### 6 - Os Conselhos de Pastoral / Assembléias de Pastoral:

Espaço novo, incentivo do Vaticano II, traz como frutos:

- Mediação para o diálogo intraeclesial entre os leigos, presbíteros, os Bispos na corresponsabilidade apostólica.
- Instrumento privilegiado para dar voz e vez aos leigos na Igreja, oferecendo possibilidade para a construção de uma mística da comunhão e participação.
- Instrumento para a formação da consciência de uma Pastoral de Conjunto, levando a Igreja a ser, em seu todo, sinal de salvação.
- Lugar onde o leigo reflete sua missão, sentindo-se Igreja-Comunidade, Povo de Deus e aprofunda seu compromisso evangelizador.
- Espaço para os leigos trazerem para o conjunto da Igreja suas experiências apostólicas e integrarem na reflexão pastoral os problemas e conflitos dos respectivos meios sociais de atuação.

#### CONCLUSÃO

Gostaria de levantar, pra terminar, duas questões, que poderiam ser mais refletidas neste momento de preparação do Sínodo sobre os leigos:

#### 1 - Relacionamento CEBs - Movimentos que seguem as veredas da A.C.:

Alguns regionais da CNBB acentuam os Movimentos, de estrutura supra-diocesanas, tendo a possibilidade de uma ação profética mais global, a partir da realidade dos respectivos meios sociais. Esta posição é criticada como interferência indevida na Igreja local.

Para outros, a opção fundamental são as CEBs, como uma maneira nova da Igreja ser, com possibilidade de renovar o conjunto da Igreja, integrando todos os elementos da vida das pessoas, inclusive suas expressões de religiosidade.

**Crítica:** risco das CEBs tornarem-se demais dependentes da Hierarquia e carência de clareza na sua conceituação...

Desafio: aprofundar as missões complementares das CEBs - Movimentos na missão eclesial.

## 2 - A CNBB e os Leigos:

A CNBB tem tomado várias iniciativas válidas em favor dos leigos, querendo oferecer condições para a formação de um laicato mais consistente:

- promoveu a Assembléia de 1970 sobre os leigos e com os leigos;
- motivou a criação do Conselho Nacional dos Leigos;
- escolheu "os leigos" como destaque das Diretrizes da Ação Pastoral da Igreja no Brasil 1983-1986;
- mantém um setor de leigos como serviço permanente aos Leigos e ao CNL;
- oferece subsídios através de publicações, encontros, cursos;
- mantém serviços específicos de leigos que veiculam as diretrizes da ação pastoral, etc.

No entanto, percebemos que os leigos, embora muito gratos com a atuação dos seus Pastores, temem pela "Episcopalização" da Igreja do Brasil, no caudal subterrâneo ou explícito do agir eclesial. Resquício do papel que foi obrigada a assumir a CNBB e o fez, com maestria, no período da ditadura? Falta de um instrumetal mais orgânico como foi a Ação Católica?

Luís Alberto Gomes de Souza, no seu livro sobre a JUC, levanta o problema: "No caso concreto do Brasil, o exercício do poder do episcopado serviu nos últimos anos para abrir espaços e teve elementos benéficos para defender a instituição. Mas, ao mesmo tempo - e é só ler a imprensa - levou a uma identificação da Igreja com os bispos... Pode-se perceber uma "episcopalização" da Igreja brasileira. O grande foro de encontro e de coordenação dela é a Conferência dos Bispos e os leigos quase não entram aí, a não ser como consultores. Um Conselho Nacional de Leigos e um Conselho Nacional de Pastoral, criados pela CNBB, têm influência mínima em suas decisões..." (31).

A preparação do Sínodo sobre os Leigos, em 1987, é um momento privilegiado para refletir sobre estas questões tendo como motivação a carta do Papa João Paulo II aos nossos bispos: "... Sei que posso manter vivo o apelo que tive ocasião de reiterar no correr da visita "ad limina", para que uma prioridade importante e inadiável na ação dos Senhores seja a de formar leigos, quer entre os "construtores da sociedade pluralista" (cf. Documento de Puebla, IV parte, capítulo II), quer entre as massas populares, quer nos ambientes operários e rurais, quer entre os jovens, sempre em vista da sua presença atuante nas tarefas temporais.

Formar leigos significa favorecer-lhes aquisição de verdadeira competência e habilitação no campo em que devem atuar; mas significa, sobretudo, educá-los na fé e no conhecimento da doutrina da Igreja na quele mesmo campo" (32).

Pe. Ernane Pinheiro,  
Brasília-DF., maio de 1986.

(31) Luís Alberto Gomes de Souza: op. cit. p. 250.

(32) Carta do Papa João Paulo II aos Bispos do Brasil, nº 3, 1986.